

CONGRESSO AMAZÔNIA EM FOCO

Desafios e Soluções Multidisciplinares
para a Justiça e Sustentabilidade



GT4: MEIO AMBIENTE, FAMÍLIA E SOCIEDADE - Apresentado dia 19/08/2024
COORDENADORES: INÊS MOREIRA DA COSTA E FLÁVIO HENRIQUE DE MELO

INDENIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: análise do caso dos ribeirinhos afetados pela instalação hidrelétrica

Igo Ribeiro da Silva¹

João Vittor Cardoso Coelho Ventura²

RESUMO

O presente artigo científico aborda a proteção patrimonial e moral dos moradores afetados pela construção da Usina Hidrelétrica de Energia Sustentável do Brasil S.A., especificamente os ribeirinhos residentes em áreas próximas às operações da empresa. A justificativa baseia-se nos impactos ambientais e danos materiais não previstos inicialmente, que afetaram diretamente a comunidade ribeirinha. O objetivo do estudo é analisar o processo judicial, destacando as dificuldades enfrentadas pelos moradores da região e a busca pela devida indenização, com base nas dificuldades encontradas após os impactos realizados pela construção do empreendimento. A análise processual e contextual é crucial para assegurar os direitos dos ribeirinhos afetados, visando a proteção jurídica e social da comunidade. A ausência de resarcimento adequado pela empresa motivou o ajuizamento da ação civil por parte dos ribeirinhos com o intuito de garantir os direitos fundamentais da comunidade afetada e buscar a compensação pelos danos sofridos. Este estudo examina as decisões judiciais e os fundamentos legais aplicados, destacando a importância da justiça e da responsabilidade ambiental na região de Rondônia.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção aos ribeirinhos. Impactos Ambientais. Indenização por Dano Material. Processo Judicial. Rondônia.

¹ Graduando em Direito na Universidade Federal de Rondônia, E-mail: igo.ribeiro.rcc.mj@gmail.com, Lattes iD <http://lattes.cnpq.br/3840626167106624>

² Graduando em Direito na Universidade Federal de Rondônia, E-mail: joaocardoso9947@gmail.com, ID Lattes: 4542794695431247

INTRODUÇÃO

O processo judicial retrata um caso específico de indenização por dano material no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. O processo, identificado pelo número 0009697-052013.8.22.0001, apresenta características relevantes para o estudo das práticas judiciais brasileiras. A análise detalha as partes envolvidas, os fundamentos das decisões e as implicações legais do caso.

A redistribuição do processo e a determinação judicial refletem a complexidade do caso e a necessidade de uma análise detalhada dos fatos e provas apresentados. A indenização por dano material é um tema recorrente no direito civil, exigindo interpretação precisa da legislação e da jurisprudência vigente. Este estudo de caso ilustra as práticas judiciais e os desafios enfrentados no julgamento de ações similares no TJRO.

A construção de grandes projetos hidrelétricos no Brasil, particularmente na região da Amazônia Ocidental, levanta uma série de desafios ambientais e sociais. O processo em análise ilustra a complexidade dessas questões, destacando os impactos adversos sofridos pelos moradores da região, localizados nas proximidades da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Os ribeirinhos afetados enfrentaram uma série de problemas, incluindo uma baixa significativa na pesca realizada para o sustento de suas famílias, necessitando de uma abordagem multidisciplinar para resolução eficaz.

A geração de energia elétrica é vital para o desenvolvimento econômico do Brasil, sendo a Amazônia Ocidental uma região de enorme potencial hidrelétrico. No entanto, é crucial que o desenvolvimento hidrelétrico ocorra de maneira sustentável, garantindo que os benefícios econômicos não sejam alcançados às custas da degradação ambiental e da deterioração das condições de vida das populações locais. Políticas de preservação ambiental e programas de compensação social são fundamentais para equilibrar o progresso econômico com a responsabilidade ambiental.

A referida ação civil, movida pelos ribeirinhos, objetivava assegurar os direitos dos moradores afetados pelas ações da Santo Antônio Energia. Que, indeferida em primeira instância, a ação destaca a urgência de proteger os direitos dos ribeirinhos diante dos impactos causados pela usina hidrelétrica.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida através da análise documental do processo judicial. Foram examinadas as peças processuais, decisões judiciais e os fundamentos legais aplicados. A metodologia incluiu a revisão de literatura jurídica sobre indenização por dano material e procedimentos ordinários no direito civil brasileiro.

Análise do Processo Judicial: Foi realizado um estudo detalhado das peças processuais, decisões judiciais, petições iniciais, medidas liminares, manifestações das partes envolvidas e atas das sessões de conciliação. O objetivo foi compreender a tramitação processual e as fundamentações legais aplicadas ao caso.

Revisão de Documentos Relacionados: Incluiu a análise de relatórios técnicos, estudos de impacto ambiental (EIA), e documentos de políticas públicas relacionados à construção de hidrelétricas na Amazônia.

Impactos Ambientais de Hidrelétricas: Revisão de estudos acadêmicos, artigos científicos, e publicações especializadas que abordam os impactos ambientais causados pela construção de usinas hidrelétricas, especialmente na região amazônica.

Direito Ambiental e Responsabilidade Civil: Análise de doutrinas e jurisprudência sobre direito ambiental, responsabilidade civil por danos ambientais, e a proteção dos direitos das comunidades afetadas por grandes empreendimentos.

Com base na análise documental e na revisão de literatura, foram elaboradas conclusões sobre a eficácia das medidas judiciais e extrajudiciais adotadas para proteger os direitos dos ribeirinhos. A interpretação dos dados buscou identificar as melhores práticas e as lições aprendidas para futuros empreendimentos hidrelétricos na Amazônia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo judicial em análise foi distribuído em 27 de janeiro de 2014, na 1ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, Rondônia. A ação foi movida por moradores locais da região em face da empresa Santo Antônio Energia e outros, buscando indenização por dano material pelos prejuízos causados pelo empreendimento à população local. O debate se desenvolve em torno da improcedência do pedido protelado pelos ribeirinhos em face das grandes empresas.

O Tribunal de Justiça de Rondônia indeferiu o pedido de indenização dos ribeirinhos, considerando improcedente a ação civil, baseando na análise das provas apresentadas e nos argumentos jurídicos das partes envolvidas, resultando na negativa dos direitos reivindicados pelos moradores afetados pela construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.

A negativa de indenização aos pescadores foi justificada pelo Tribunal com base na argumentação de que a compensação ambiental e social prevista nos planos da empresa era suficiente para mitigar os danos causados. Além disso, o Tribunal destacou a ausência de provas concretas que demonstrassem um nexo causal direto entre as operações da usina e os prejuízos alegados pelos moradores.

A negação dos direitos reivindicados pelos ribeirinhos perpetua a situação de vulnerabilidade dessas comunidades, que já enfrentam dificuldades significativas devido às alterações ambientais causadas pelo empreendimento. A falta de indenização e compensação adequadas pode agravar o desamparo social e econômico dos moradores, comprometendo sua qualidade de vida e sustentabilidade.

CONCLUSÃO

O processo analisado destaca a importância de uma abordagem meticulosa na condução de ações de indenização por dano material. As decisões judiciais e os fundamentos legais aplicados no caso fornecem insights valiosos sobre a prática jurídica no Brasil. Estudos futuros podem expandir essa análise, comparando com outros casos e explorando diferentes aspectos da responsabilidade civil.

Em suma, a análise processual e as dificuldades enfrentadas pelos pescadores ribeirinhos evidenciam a necessidade de uma justiça ambiental que verdadeiramente equilibre o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade e os direitos humanos. O caso serve como um lembrete da importância de um judiciário sensível às realidades das populações vulneráveis e da necessidade contínua de lutar por uma compensação justa e por políticas públicas que promovam o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Processo n.º 0014433-03.2012.8.22.0001.
- GOMES, Carlos Alberto. Direito Ambiental Brasileiro. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2020.
- MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco. 11. ed. São Paulo: Editora Thomson Reuters Brasil, 2018.
- RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. 38. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.
- SANCHES, Raquel. Impactos socioambientais de grandes empreendimentos. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 16, n. 62, p. 45-67, abr./jun. 2020.
- VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matheus. Política ambiental e sustentabilidade. Brasília: Editora UnB, 2019.
- [1] Graduando em Direito na Universidade Federal de Rondônia, E-mail: igo.ribeiro.rcc.mj@gmail.com,
Lattes iD
<http://lattes.cnpq.br/3840626167106624>
- [2] Graduando em Direito na Universidade Federal de Rondônia, E-mail: joaocardoso9947@gmail.com,
ID Lattes: 4542794695431247